

A MODELIZAÇÃO GRÁFICA DA AMAZÔNIA E UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DA FRONTEIRA: as dinâmicas territoriais de Marabá e do sudeste do estado do Pará (Amazônia/Brasil)

AMAZON'S GRAPHIC MODELS AND A FRONTIER INTERPRETATION
PROPOSE: territorial dynamics in Marabá city and state of Pará's southeast
(Amazon/Brazil)

Mateus Monteiro Lobato¹
Daniel Sombra²
Gilberto de Miranda Rocha³
Giovane da Silva Mota⁴

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mateusmonteirolobato@gmail.com

² Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: dsombra@ufpa.br

³ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mrocha@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gsm@ufpa.br

RESUMO: Esse artigo apresenta uma proposta de representação espacial para a compreensão das dinâmicas territoriais, em geral, e do avanço da fronteira, em particular, utilizando Marabá e o parte do Sudeste Paraense como lócus de estudo. A proposta se materializa em modelizações, as quais auxiliam na interpretação das mudanças espaciais e na identificação de eixos estruturantes do território, que serve de base para a produção de uma periodização. O elo central entre esses eixos e as dinâmicas territoriais na fronteira é a reprodução do capital. Outro elemento material das dinâmicas territoriais é a luta de classe travada no âmbito da fronteira.

Palavras-chave: Modelização gráfica. Dinâmicas Territoriais. Fronteira. Marabá. Sudeste Paraense. Amazônia brasileira.

ABSTRACT: This article presents a proposal of spatial representation for the understanding of the territorial dynamics, in general, and of the advance of the border using Marabá and the part of the Southeast of Paraense as locus of study. The proposal is materialized in modeling, which helps in the interpretation of spatial changes and in the identification of structuring axes of the territory, which serves as a basis to produce a periodization. The central link between these axes and the territorial dynamics on the border is the reproduction of capital. Another material element of the territorial dynamics is the class struggle waged within the framework of the border.

Keywords: Graphic models. Territorial dynamics. frontier; Marabá city. Pará's Southeast. Brazilian Amazon.

Sumário: Introdução – 1 Drogas do sertão ao caucho (fim do século XIX ao início do século XX) – 2 Hegemonia do caucho (século XX à década 1920) – 3 Hegemonia da castanha (década de 1920 à década de 1960) – 4 O binômio entre pecuária e extração madeireira (da década de 1960 à década de 1980) – 5 A hegemonia da mineração (a partir da década de 1990) - Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva fornecer uma visão espacializada das dinâmicas territoriais incidentes no sudeste do estado do Pará, fornecendo para tal uma periodização baseada nos processos hegemônicos de produção do espaço, levando em conta a relação dialética entre as forças produtivas e relações de produção.

Para tal, faz-se uso de proposta defendida por Lobato (2018) acerca do uso de modelização gráfica. Não se pretende realizar uma crítica da Cartografia Temática, nem questionar seus limites. As proposições de uso efetivo de seu alfabeto (CASTRO et al., 2015), e a sua caminhada histórica e possibilidades são bem discutidas e conhecidas (SOARES et al., 2018). As modelizações foram construídas após o processo de interpretação e periodização das dinâmicas territoriais emanadas pelos vetores centrífugos da cidade de Marabá/PA.

As dinâmicas territoriais devem ser compreendidas como um conjunto de transformações na base material – logo geográfica, o que implica nas configurações territoriais da sociedade – movida por interesses resultantes da ação de atores privados e/ou de projetos coletivos de atores sociais, da evolução e das traduções de tais ações e projetos implementados em determinado espaço (PIRAUX, 2009).

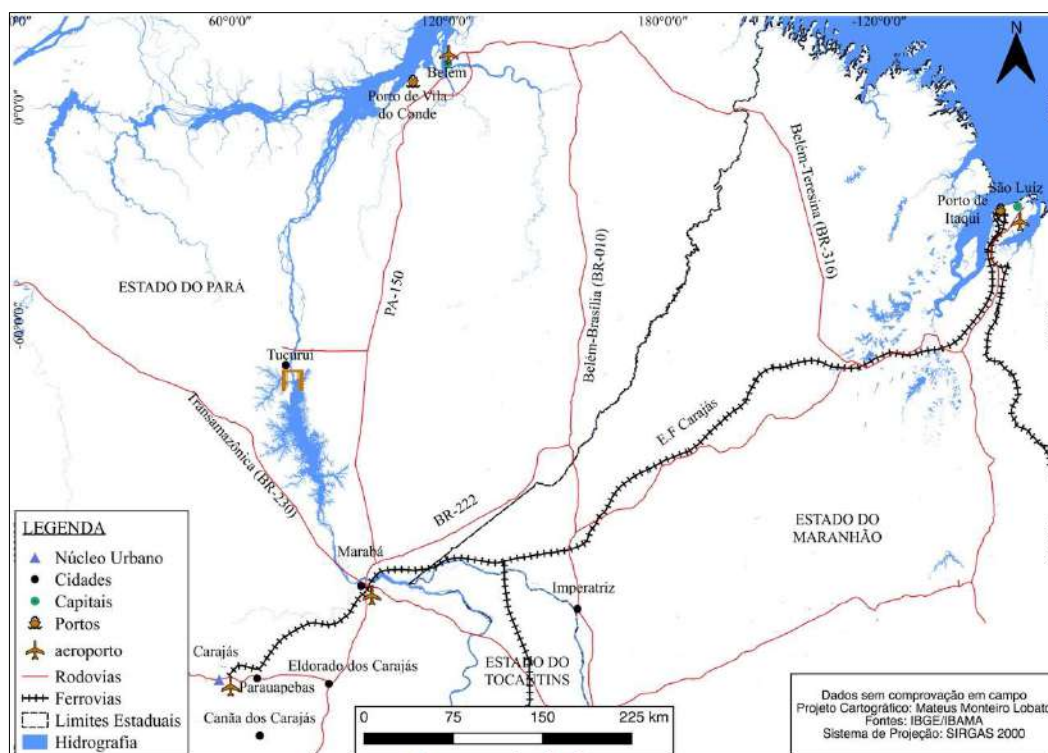
Para Rocha et al. (2019), é possível distinguir, analiticamente, dois tipos de dinâmicas territoriais: *a*) as referentes às trajetórias (isto é, diz-se de tipos concernentes às dinâmicas territoriais de duração extensa relativas às mudanças e às rupturas ocorridas no território ao longo do tempo); *b*) as referentes à dinâmica atual (isto é, diz-se de tipos concernentes às dinâmicas territoriais de curta duração relativas às atuais relações entre os componentes sociais e os de ordenamento do território).

Nesse foco, faz-se importante salientar a hipótese central desta pesquisa: qualquer dinâmica territorial em Marabá e na sua zona de influência no sudeste do estado do Pará (Figura 1) só pode ser compreendida enquanto parte integrante das determinações gerais do mercado mundial capitalista. Os territórios e as dinâmicas territoriais analisadas estão em encontro dessa hipótese, pois derivam das determinações gerais do processo de reprodução das relações de produção capitalista.

Assim, compreende-se que as atividades, nomeadas em geral a partir do produto do trabalho, sem a intenção de obliterar as relações de produção, constituem o elo de vínculo dos lugares e da região, determinada pelo padrão de relações de produção, com a escala das trocas internacionais, sempre intermediada pelos Estados nacionais. As atividades, quais sejam, extração do

caucho e da borracha, da castanha, da madeira, de minérios e atividade pecuária serão apresentadas e contextualizadas.

Figura 1 - Localização da área de estudo



Fonte de Dados Geospaciais: IBGE, 2019; IBAMA, 2019. **Elaboração:** autores.

A fim de compreender de forma mais acurada as alterações e características do espaço produzido por essas dinâmicas territoriais e suas respectivas relações de produção, lança-se mão da modelização gráfica. Uma perspectiva de representação que busca ir além dos limites clássicos da cartografia, não sendo, por isso, uma produção propriamente cartográfica, mas gráfica (GIRARDI, 2008; HARLEY, 1989; 1991; THÉRY, 2004).

O artigo contém cinco modelos gráficos e estes seguirão uma ordenação fundamentada nos períodos e nas atividades econômicas estruturantes do sudeste paraense: da colonização até o início da exploração do caucho; a atividade do caucho e a atividade da castanha; a pecuária juntamente com a extração madeireira e a mineração. Isso significa que em algum desses modelos pode ocorrer a coexistência de elementos que não são necessariamente do mesmo

período temporal. Dessa forma, cada modelo representará um período, e seus eventos serão analisados.

Cada uma dessas atividades econômicas estruturantes faz parte de um esforço de ocupação da fronteira amazônica iniciado a partir dos fins do século XIX. Esse processo é amarrado por uma dinâmica internacional que captura e subordina o espaço regional em função de uma determinação do capital. Essas determinações se modificam com o tempo conforme as necessidades inerentes ao processo produtivo capitalista em escala planetária.

Logo, é consequente afirmar que a fronteira é um espaço que se subordina à lógica de reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Sua função é gerar valores de troca que estão na base do sistema, mas que demandam enorme quantidade de trabalho (LOBATO, 2018). Ainda que sejam relações de produção não capitalistas, em alguns casos, estão já subsumidas ao capital (subsunção formal) e produzem excedente de trabalho para abastecer o mercado mundial (SOARES, 2021). Dito isso, cada uma dessas atividades desenvolvidas no sudeste do estado do Pará é compreendida como resultante desse desígnio produtivo.

Entretanto, as formas pelas quais essas relações são estabelecidas perpassam pelas contingências concretas. Formas produtivas pretéritas que representam obstáculos são eliminadas, mas as que se ajustam à produção do valor de troca podem ser reproduzidas. Assim, o espaço produzido é derivado da luta de classes. Nesse momento é que a luta de classes e a dimensão espacial da fronteira amarram o global e o local, já que são esses termos que vão compor a materialidade das formas e das relações (MARX; ENGELS, 2010; MARX, 2008).

Observando esses preceitos teóricos, o artigo mergulha nas dinâmicas territoriais para revelar esse choque entre a produção capitalista ampliada e a realidade amazônica. Feito, borracha; caucho; castanha; madeira; minério e pecuária são as faces reais e, quiçá, territoriais da produção capitalista que foram erigidas na fronteira brasileira, a qual alcançou a porção sudeste do estado do Pará.

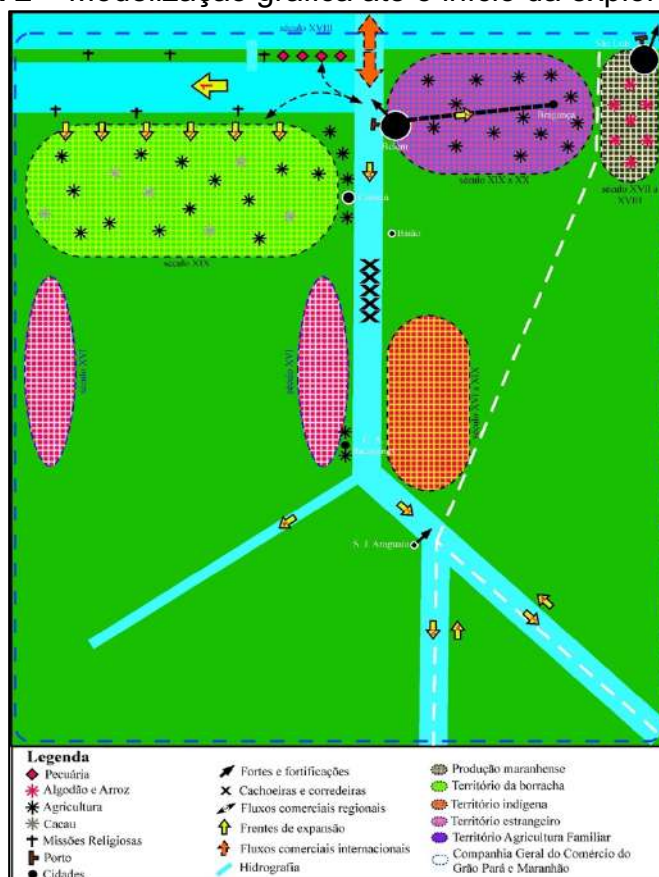
O último ponto salientado é que esse espaço geográfico até o final do século XIX serviu apenas como reserva de valor. Portanto, até esse momento ou a ocupação europeia foi rarefeita ou ele foi ocupado por populações tradicionais. E

os cinco modelos sintetizam essa trajetória de produção das dinâmicas territoriais e suas trajetórias pelo sudeste do estado do Pará.

1 DROGAS DO SERTÃO AO CAUCHO (FIM DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX)

O primeiro modelo (Figura 2) configura o primeiro período e mostra as principais atividades vigentes do período colonial até o final do século XIX e início do XX, contendo a síntese da extração da borracha (principal), do cacau, do algodão, da agricultura camponesa e da coleta das chamadas “Drogas do Sertão”¹. Como já foi advertido, todas essas atividades não coexistiram no tempo, mas representam os vetores de ocupação da fronteira e formação inicial do território.

Figura 2 – Modelização gráfica até o início da exploração do cauchó



Fonte: Elaboração dos autores.

¹ Especiarias amazônicas obtidas através do extrativismo. As principais eram cacau, urucum, pau cravo, guaraná, castanha, baunilha, gergelim, noz de pixirum, puxeri, anil, salsaparrilha, copaíba, andiroba além da própria mandioca. Inicialmente extraídas, algumas dessas drogas passariam por um processo de adaptação à agricultura, como foi o caso do cacau e da mandioca (SOARES, 2021; BEZERRA NETO, 2012; BASTISTA, 2014).

Também foi responsável pela transição do extrativismo do cacau para a plantação desse produto (BATISTA, 2014; BEZERRA NETO, 2012). O extrativismo e, posteriormente, o cultivo do cacau foi um vetor de expansão do povoamento pelo baixo curso do Rio Tocantins polarizado pela cidade de Cametá. A rede urbana contava com duas cidades importantes, que não exerceram papéis concomitantes. Primeiramente São Luís, capital do Governo Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e, depois Belém, cidade primaz da economia gomífera.

São Luís foi em princípio a capital geral, mas perdeu seu posto para Belém. A primeira esteve associada primordialmente à cultura do arroz, algodão e aos grandes engenhos de cana-de-açúcar. Já Belém voltava sua influência à montante e ao interior da bacia amazônica. A partir do século XIX, com a economia da borracha, a rivalidade política e econômica entre Belém e São Luís será ultrapassada pela rivalidade com a cidade da Barra do Rio Negro (rebatizada em 1856 de Manaus, em homenagem aos povos indígenas manaus).

A rede de circulação era a bacia hidrográfica, onde o Rio Amazonas era o principal eixo de circulação e seus tributários eram vias que exerciam a capilarização pelo território. Foi pelo Rio Amazonas que se instituiu a principal frente de ocupação da fronteira, dispersando alguns fluxos secundários pelo território, tais como o do Rio Tocantins (SIMONSEN, 2016).

Excepcionalmente, houve a ocorrência da circulação pela estrada de ferro Belém-Bragança, fazendo a conexão entre as localidades do nordeste do estado do Pará (CASTRO et al., 2019). Essa ferrovia foi resultado da política de colonização empreendida pelo Estado e tinha o papel de suprir a capital de gêneros agrícolas dentro do circuito espacial da produção da borracha, o qual envolvia a reprodução de atividades secundárias (BATISTA, 2014). Dentre os fluxos secundários pelo território podem ser observadas as incursões na área onde está situado hoje o município de Marabá. Essas incursões foram responsáveis por fazer o levantamento inicial dos recursos disponíveis, mas também dotar de infraestrutura básica, como por exemplo, a cidade de São João do Araguaia, posto de controle.

Do ponto de vista da dinâmica territorial, três territórios merecem destaque: o território de atuação da Companhia Geral, já comentado; o território da exploração

seringueira e os territórios indígenas, na margem direita do Rio Tocantins. O território da borracha vai ser, ao início dessa atividade, circunscrito ao baixo curso do Rio Amazonas e parte da foz do Rio Tocantins. Posteriormente, já na virada do século XIX para o XX, este se espraia pela Amazônia, pelo vetor ocidental em direção ao interflúvio entre o Rio Purus e o Rio Acre, e vetor austral, rumo à bacia do Rio Itacaiúnas (SOARES, 2021).

Os povos indígenas, como primeiros habitantes, defendiam cada um o seu próprio território das ameaças de outras etnias, e principalmente dos estrangeiros colonizadores. Em virtude disto, na margem direita do Rio Tocantins, consolidou-se a imagem da ameaça da poderosa tribo dos índios Gavião, com pouquíssimo contato com outros povos (COUNDREAU, 1980).

Já na dinâmica da fronteira o destaque são as frentes constituídas nesse período, divididas em quatro ordens: principal, secundárias, terciárias e quaternárias. A frente principal corresponde ao fluxo de extração e comercialização das “Drogas do Sertão” e da Borracha. Esses dois produtos constituíram a frente que percorreu o Rio Amazonas e alguns dos seus afluentes da margem direita: Tapajós, Xingu e parte do Tocantins, por exemplo.

As frentes secundárias estiveram atreladas às atividades econômicas vigentes e percorreram os rios, mas também a estrada de ferro Belém-Bragança. Essas frentes secundárias foram responsáveis pela interiorização do povoamento no nordeste do estado do Pará, a partir da dinâmica da exploração do látex da seringueira pelos afluentes do Rio Amazonas e com o estabelecimento de propriedades rurais ao longo da ferrovia (RIBEIRO, 2017).

As terciárias são vetores de exploração que estiveram vinculadas a outras dinâmicas ou ao Estado. Tinham as mais variadas finalidades, serviram para estabelecer limites, levantamentos de campo, exploração e outras diretrizes. Naturalistas, missões religiosas, expedições oficiais do reino ou da nova república são as principais faces dessas frentes.

O último tipo de frente foram aquelas de iniciativas isoladas, distantes dos interesses nacionais ou também a expansão de uma atividade que não era endêmica desta espacialidade, como foi o caso da frente pecuária da porção norte e nordeste do estado de Goiás. As frentes isoladas se devem em grande parte ao trabalho dos franceses que circularam pelo Rio Tocantins, tais como Daniel de La

Touche e o seu companheiro La Planque, os quais percorreram também a bacia do Rio Itacaiúnas (MOREIRA, 2015; VELHO, 1981).

No terceiro e quarto tipo, com a exceção do posto de controle de São João do Araguaia, essas frentes não chegaram a consolidar uma dinâmica econômica, nem tão pouco um núcleo de povoamento de papel importante na rede urbana aqui estudada. Isto ocorrerá mais tarde, com o início da exploração do caucho, objeto de análise do próximo modelo.

Em termos produtivos, portanto, as dinâmicas territoriais podem ser sintetizadas em três fases: a primeira das “Drogas do Sertão” no baixo curso do Rio Amazonas e na foz do Rio Tocantins, a segunda do arroz e algodão, nos baixos cursos dos Rios Turiaçu, Pericumã e Mearim, na zona costeira maranhense, e a última da borracha nos médio e baixo cursos do Rio Amazonas. A coleta das “Drogas do Sertão” foi uma atividade estabelecida a partir das missões religiosas com trabalho eminentemente indígena voltada para o mercado externo (Europa). Sua espacialização foi feita ao largo dos cursos d’água: o Rio Amazonas e seus tributários, sendo o primeiro o vetor de dispersão pelo território e principal eixo da frente na fronteira.

A produção de arroz e o algodão foi desenvolvida na zona costeira do estado do Maranhão, e tinha como mercado consumidor a jovem nação estadunidense. Essa atividade se estabeleceu sob os auspícios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e sua territorialização se deu principalmente no vale do Rio Mearim (CHAMBOULEYRON, 2010; SIMONSEN, 2016). A extração do látex da borracha foi a última atividade em questão, sendo desenvolvida às margens do Rio Amazonas. Dado o seu caráter estratégico para a expansão da economia mundial, contou com uma organização produtiva mais elaborada (SANTOS, 1980).

Primeiramente a Ilha do Marajó servirá como área estratégica de fornecimento de carne e couros. O município de Soure foi um importante fornecedor desses produtos. Nos tabuleiros adjacentes à zona costeira do estado do Pará se desenvolveu a agricultura que abastecia a capital Belém, a qual se voltava para o controle da produção da borracha (SOARES et al., 2017). Para tal, a estrada de

ferro funcionou duplamente: como elemento de vasão do capital inglês e como eixo de articulação e penetração do território (PENTEADO, 1973; ROCHA et al., 2019).

Observando o modelo, concluiu-se que todas essas atividades estavam concentradas basicamente ao norte do estado do Pará, isto é, mais próximas à zona costeira amazônica, deixando a parte sul, e mais especialmente a porção sudeste do estado do Pará, parcamente inserida na dinâmica regional/internacional.

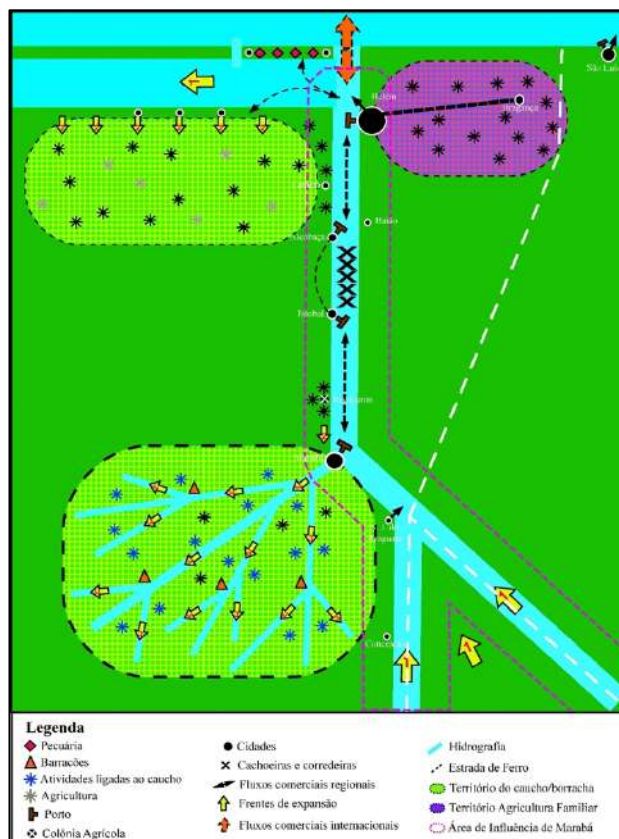
2 HEGEMONIA DO CAUCHO (SÉCULO XX À DÉCADA 1920)

Tendo em vista que a atividade da borracha/caucho foi a primeira de vulto e relevância no sudeste do estado do Pará, esta foi responsável pela consolidação do povoamento na região e pelo surgimento da cidade de Marabá. As determinações gerais incidentes estavam ligadas ao mercado internacional da borracha fomentado pela industrialização dos países centrais, ou seja, ligadas diretamente à expansão da indústria automobilística mundial.

Isso ocorre com o fim do primeiro período da acumulação primitiva quando o capitalismo já estava amadurecido ao ponto de exportar capitais para a periferia (LENIN, 2012; MARX, 2008). No que tange à Amazônia, a face dessa expansão do capital esteve muito ligada à produção da borracha, que era o artigo demandado pela industrialização europeia. Assim foram surgindo os bancos, as casas aviadoras, as obras de infraestrutura como as estradas de ferro, portos, barcos e certos objetos culturais e de opulência (HOBSBAWM, 2016; SANTOS, 1980; SIMONSEN, 2016; PENTEADO, 1973).

Na Figura 3 está a modelização dos processos e relações socioespaciais observadas a partir da extração do caucho. Como já mencionado, antes do caucho o que havia no vale do médio curso do Rio Tocantins eram apenas focos pontuais de ocupação. O primeiro elemento a destacar são os rios como eixos de articulação dos processos e do território. Esses eixos serviram para a circulação de produtos, pessoas e capitais no e pelo território: migrantes, caucho, produtos para abastecer os regatões, dinheiro e artigos de luxo, tudo isso era transportado pelos rios.

Figura 3 - Modelização gráfica da exploração do caucho



Fonte: Elaboração dos autores.

É possível, pois, apontar uma hierarquia dentro dessa bacia hidrográfica, onde o eixo dos rios Araguaia-Tocantins seria o principal, pois funcionou como linha de integração geral de todos esses fluxos entre Belém e Marabá. O Rio Itacaiúnas secundariamente funcionou como eixo principal de penetração no interior do território caucheiro pelos trabalhadores, enquanto os seus tributários serviam à capilaridade desse território. Os rios serviam também para delimitar o espaço da produção do caucho, que era a bacia hidrográfica do Rio Itacaiúnas e o território de acumulação da oligarquia que controlava essa atividade.

Em relação à rede urbana, duas cidades funcionavam como centros principais da economia caucheira: Belém e Marabá. A segunda metrópole amazônica de então, Manaus, estava ligada exclusivamente à borracha. Belém era sede de todos os bancos e casas aviadoras que atuavam na Amazônia (SOMBRA et al., 2018), e é desta cidade que partiam mercadorias e produtos que abasteciam Marabá, centro de articulação entre território caucheiro e a rede urbana, e sede imediata dos oligarcas (EMMI, 1999). Isso produz uma área de influência,

que se mostra particularmente ao largo dos rios, nos dois grandes estados amazônicos.

Hierarquicamente abaixo dessas duas cidades havia dois entrepostos importantes para a circulação no eixo fluvial principal: Alcobaça e Jatobal, os quais eram pontos de transposição das corredeiras do Itaboca, trecho encachoeirado do Rio Tocantins que dificultava a navegação entre Marabá e Belém. Para desempenhar esse papel de ligação foi construído um sistema de engenharia que contava com barcos de diferentes tamanhos e calados, portos, comércios e uma estrada de ferro².

Outros pontos nessa rede urbana são as cidades de São João do Araguaia e Conceição do Araguaia, além da antiga colônia agrícola de “Itacayúnas”. Os dois primeiros eram apenas pontos de apoio aos migrantes que vinham a Marabá e o segundo – que teve existência muito curta, ainda que tenha logrado fomentar uma incipiente agricultura – o foco de dispersão inicial do povoamento da fronteira.

No âmbito direto da produção, o território era uma articulação da configuração territorial – delimitada pela bacia hidrográfica do Rio Itacaiúnas –, dos trabalhadores e da oligarquia. Os tributários do Rio Itacaiúnas eram os corredores por onde circulava o caucho bruto, os trabalhadores que extraíam esse caucho, além das mercadorias. Os barracões estavam situados estrategicamente no entroncamento desses rios tributários, pois funcionavam como ponto de controle do território.

Para garantir a reprodução da força de trabalho, e o barateamento do seu custo para o capital local, havia uma incipiente agricultura camponesa, que fornecia produtos de primeira necessidade como: mandioca, feijão, tomate etc. Além disso, alguns outros serviços adicionais também eram praticados como: movelaria, construção naval, pecuária e outros. Contudo, essas atividades eram secundárias e geralmente praticadas nos períodos de baixa produção do caucho (AB’SABER, 2003; EMMI, 1999), podendo ser elencadas como “atividades compensatórias” como nomeia Soares (2021).

O último elemento do modelo a ser destacado é a articulação e mobilidade da fronteira. O sentido da frente é sul/sudeste-noroeste. O flanco sudeste partiu dos

² Essa estrada ferro ligando Tucuruí, então Alcobaça a Jatobal, seria décadas mais tarde inundada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (ROCHA, 2008).

estados da Bahia e Pernambuco, estruturada como frente pecuária (de caráter econômico) e do flanco sul, do então estado de “Goyás”, baseada num elemento de colonização (de caráter político) (VELHO, 1981).

Já na área da cidade de Marabá essa frente pode ser sintetizada em três estágios: o primeiro é pelo Rio Tocantins até à Colônia Agrícola. O segundo acontece com a descoberta do caucho, momento em que essa atividade segue à montante do Rio Tocantins até à confluência com o Rio Itacaiúnas. E a partir daí se espraiando pela bacia hidrográfica deste último rio, mas também, secundariamente, à jusante do Rio Tocantins para fundar algumas cidades: Itupiranga, por exemplo.

A extração do caucho, portanto, não foi o elemento inicial da fronteira nessa área, pois esse papel coube à pecuária e à preocupação com a demarcação das fronteiras estaduais, mas essa atividade funcionou mais tarde como primeiro vetor de ocupação e articulação do espaço, além de pavimentar o eixo de ligação entre as determinações gerais do capital e a expansão e ocupação da fronteira. Após sua decadência, o caucho deixa uma configura socioespacial à próxima atividade com três dimensões: infraestrutura, relações de produção e articulação política de classe.

3 HEGEMONIA DA CASTANHA (DÉCADA DE 1920 À DÉCADA DE 1960)

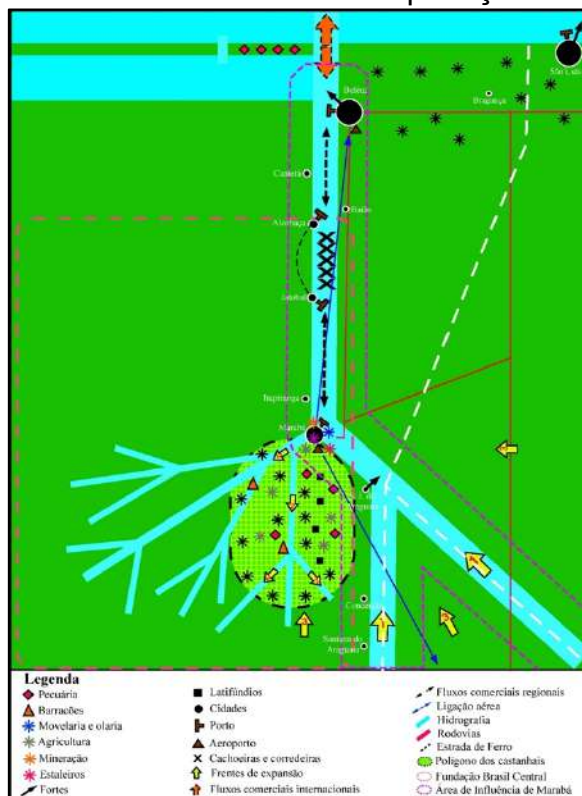
A extração do caucho serviu como prelúdio à extração da castanha. É por meio da centralização do circuito espacial da produção da castanha que a cidade de Marabá será alçada à condição de segunda cidade do estado do Pará em termos de influência econômica e política. Até esse período, o eixo de circulação ainda continua sendo o sistema hidrográfico que envolve três níveis: o eixo Araguaia/Tocantins, o Itacaiúnas e os seus afluentes.

Contudo, nesse momento, o sistema hidrográfico não serve mais como delimitador da configuração territorial e nem do território. O papel estruturante agora é exercido pela dispersão das árvores de castanha: o chamado “polígono dos castanhais”³. A partir dessa atividade já se nota a presença de dois eixos de circulação distintos dos rios: as rodovias, ainda com papel secundário no processo

³ O polígono dos castanhais era uma área riquíssima e árvores de castanha e estava situada mais ou menos nos territórios atuais dos municípios de Marabá, Parauapebas e Eldorado dos Carajás.

de circulação, e as aerovias⁴, como suporte mais pontual e ligando Marabá a Belém e ao Rio de Janeiro. A Figura 4 apresenta a modelização gráfica construída a partir deste contexto.

Figura 4 - Modelo da dinâmica de exploração da Castanha



Fonte: Elaboração dos autores.

Agora o território passa a ser travado diretamente no âmbito da esfera política, observando a alternância de poder entre os oligarcas. Os dispositivos legais: aforamentos e arrendamentos eram as ferramentas jurídicas para complementar a posse dos territórios (EMMI, 1999). No que tange à rede urbana não há grandes modificações com a transição das duas atividades. Dois eventos importantes: 1) o surgimento de duas novas cidades: Santana do Araguaia e Itupiranga, esta última fruto da extração do caucho e também da dinâmica da

⁴ Na escala da Amazônia como um todo, nesse momento o modal aeroviário é mais estruturante de relações socioespaciais e territoriais do que o insipiente modal rodoviário e o claudicante modal ferroviário. Esse foi o período em que, em termos de produção do espaço e dinâmicas territoriais, o modal aeroviário foi mais determinante na Amazônia (ALMEIRA; RIBEIRO, 1989).

estrada de ferro Tocantins; 2) o início da ligação com o resto do espaço geográfico brasileiro através de rodovias e aerovias.

Entretanto, embora Belém continuar tendo primazia na rede urbana da atividade castanheira, o conteúdo dessa relação se modifica. Belém agora não apenas possui a função de centro financeiro desse circuito espacial da produção, mas também passa exercer uma função direta no processo produtivo, abrigando postos de estocagem e plataformas industriais de beneficiamento da castanha, a grande maioria de propriedade da oligarquia marabaense. Atividades secundárias passam a produzir alterações espaciais como a mineração e os serviços adicionais nos castanhais: faxina, limpeza de canais, abertura e manutenção de estradas de circulação dos castanhais e outros (DIAS, 1958).

A análise territorial aponta para a existência do polígono dos castanhais, especialmente delimitado pela presença dessas árvores. Contudo, já se constitui nos interstícios do poder da oligarquia o território que irá contribuir para sua decadência: o território destinado a atuação da FBC⁵.

Em relação à dinâmica da fronteira, novos processos de ocupação induzem outras frentes. Primeiramente com a FBC surgem: uma frente oriunda da direção sul, composta de pecuaristas e fazendeiros e outro flanco surge da direção leste, composta basicamente de trabalhadores nordestinos atraídos pela abertura das estradas. A nova frente também trouxe novos trabalhadores rurais para Marabá, que passaram a contestar o poder da oligarquia. Esses trabalhadores foram constituindo suas posses nos interstícios do Polígono dos Castanhais.

4 O BINÔMIO ENTRE PECUÁRIA E EXTRAÇÃO MADEIREIRA (DÉCADA DE 1960 À DÉCADA DE 1980)

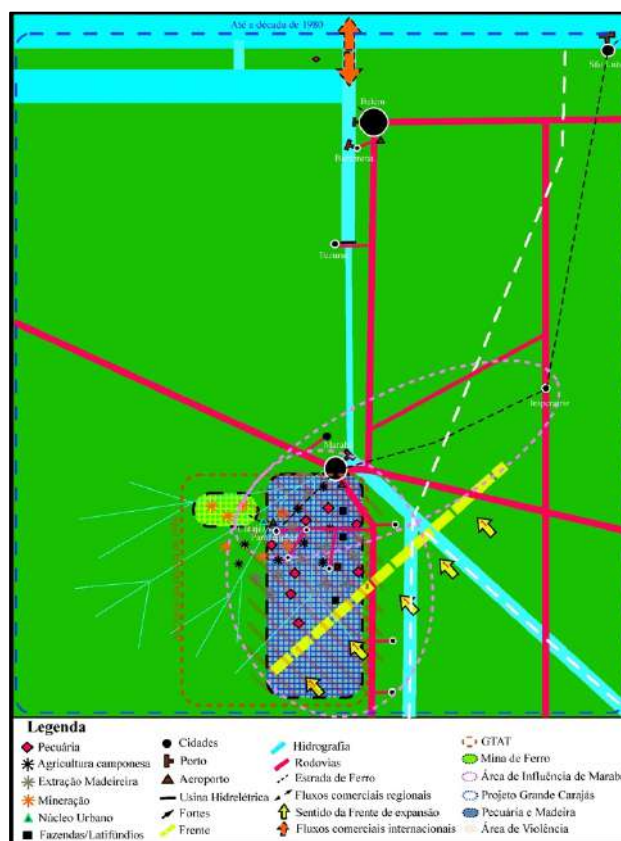
Para compreender a modelização das duas atividades seguintes (Figura 5) é necessário destacar alguns elementos. Primeiramente, há a mudança radical no padrão de circulação principal, com a passagem do modal hidroviário ao modal rodoviário⁶. Os rios ainda são usados, mas de forma bastante limitada, para

⁵ A Fundação Brasil Central foi um órgão do Estado encarregado de fazer o levantamento e os estudos sobre as terras no interior do Brasil.

⁶ Com relação à rota fluvial entre Marabá e Belém, a qual era complementada por um sistema de engenharia para superar os rochedos na região da Itaboca, ela deixa de existir após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com a larga inundação de áreas, além do estabelecimento de

deslocamentos curtos e com embarcações pequenas, principalmente nos trechos do entorno de Marabá.

Figura 5 - Modelo das atividades madeireira e pecuária (1960 - 1980)



Fonte: Elaboração dos autores.

O modal aeroviário continua existindo, mas sua importância diminuiu sobremaneira, passando a atender casos extremamente particulares, como o garimpo, a mineração e viagens para alguma finalidade particular. Além das estradas e dos rios surge o modal ferroviário, ligando a mina de ferro em Carajás ao porto de Itaqui em São Luís no Maranhão. Essa mudança no padrão de circulação foi fundamental para consolidar novos fluxos migratórios na fronteira. Se antes o perfil dos migrantes era eminentemente nordestino, doravante as regiões Sul e Sudeste do Brasil passam a ser pontos importantes de emigração (LOBATO, 2012).

unidades de conservação sobre o lago. A ligação entre Marabá e Belém hoje é essencialmente rodoviária, complementada pelo modal aeroviário.

No âmbito da rede urbana surgem novas cidades e um núcleo urbano, especificamente dedicado à exploração mineral: Carajás (núcleo urbano fechado, na Serra dos Carajás, no município de Parauapebas). Dentre as novas cidades duas serão muito importantes: Parauapebas (PA) e Imperatriz (MA). A primeira ligada diretamente à exploração mineral – agregando as atividades, serviços e pessoas envolvidas nessa atividade – e a segunda como cidade de apoio à migração para a fronteira. As outras cidades, oriundas do desmembramento do município de Marabá e Conceição do Araguaia (SILVA, 2004), ainda terão pouca relevância na rede urbana regional.

A análise da dinâmica territorial mostra que existem cinco territorialidades perfeitamente definidas: os territórios de ação estatal direta: PGC e GTAT; os territórios estatais, onde a ação se faz através da Companhia Vale: a mina e a floresta; o território dos pecuaristas e madeireiros e os territórios de resistência ao capital.

Nesse momento, o monopólio territorial não está totalmente estabelecido, mas o Estado passa a atuar de forma mais frequente e visível. Por fim, é necessário destacar, com relação à dinâmica da fronteira, que, apesar de persistir acompanhando os vetores do modal rodoviário, há uma inversão do sentido do fluxo, agora na direção sudeste-noroeste. Este movimento é estrutura principalmente pelo avanço da pecuária e da extração madeireira, as quais atuam em binômio (SOARES et al., 2016; CARVALHO et al., 2018), e secundariamente pela exploração mineral. Todos esses contribuindo para o polêmico arco do desmatamento debatido por Becker (2005), reforçando o debate da fronteira em linha (LOBATO; SOARES, 2015).

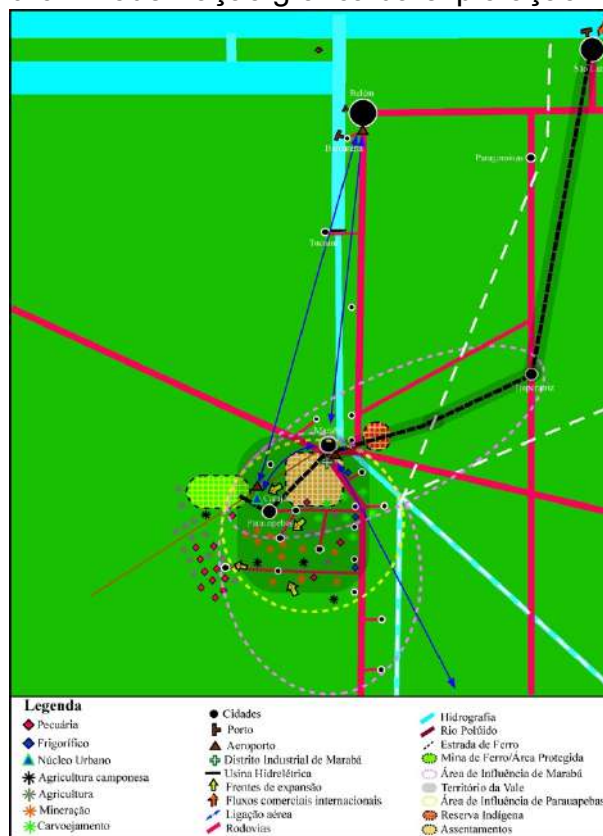
Esse avanço da frente baseada na pecuária e na extração madeireira aconteceu às custas da escalada dos conflitos sociais, onde a “pistolagem” e os assassinatos eram tão frequentes que esse momento marca a fronteira com o signo da luta pela terra, onde os camponeses resistiram bravamente para não serem sumariamente eliminados. Com territorialidades mais complexas e contraditórias, houve o aumento de conflitos no espaço em questão, sobretudo conflitos agrários, derivando em muitos assassinatos.

Contudo, essa não é a única face da luta de classes desenvolvida, pois está começando a se instaurar na fronteira a constituição de dinâmicas territoriais que serão determinantes na temporalidade seguinte. Estas surgiram da mudança do uso da terra na Amazônia organizadas no período dos governos militares e que o resultado é a nova fase de reprodução do capital na fronteira (LOBATO, 2018).

5 A HEGEMONIA DA MINERAÇÃO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1990)

O último modelo (Figura 6) apresenta o período mais recente, em que a Vale extrai o minério de ferro de Carajás e passa a dominar a dinâmica socioespacial regional a partir de então (LEITE et al., 2016). Em se tratando de rede de circulação, as estradas passaram a dominar cabalmente os fluxos de pessoas e de mercadorias pelo território. Entrementes, o modal ferroviário atinge uma posição hegemônica no que tange ao fluxo de mercadorias, dado o papel estruturante do território que passa a ter a ferrovia Carajás-Itaqui (LEITE et al., 2018).

Figura 6 - Modelização gráfica da exploração mineral



Fonte: Elaboração dos autores.

Na circulação de força de trabalho qualificada ou de mercadorias e produtos de alta densidade técnica, as rodovias cedem lugar à ligação aérea. Em relação ao modal aéreo, algo importante a destacar por isso merece um comentário. A localização do aeroporto que serve à mina de ferro, não fica na cidade de Parauapebas, como se poderia imediatamente supor, mas sim no interior Floresta Nacional de Carajás, uma unidade de conservação de uso sustentável, localizada ao lado do núcleo urbano de Carajás (no município de Parauapebas). Para ter acesso ao aeroporto é necessário passar pela guarita que existe na entrada da unidade de conservação, que dá acesso à mina.

A rede urbana desse modelo ganha elementos que impõem uma complexificação das relações socioespaciais. Primeiro surgem novas cidades, que emulam com Marabá no âmbito regional, dentre elas Parauapebas, exercendo influência imediatamente no Sudeste Paraense até em Marabá (LIMA, 1993).

Mas além de surgirem novas cidades, algumas que já existiam passam a ter importância maior na dinâmica mineral, como é o caso de Imperatriz (MA) e São Luís (MA). A primeira é o ponto de convergência de migrantes nordestinos que se destinam à fronteira. Já São Luís é o centro logístico da exploração mineral, onde estão as principais estruturas logísticas da extração do minério de ferro.

A resistência camponesa, ao longo da década de 1970 e 1980, conseguiu consolidar a criação de assentamentos, onde a agricultura de base familiar pode se reproduzir. E o território derivado dessas relações não é de fato um território aceitável, na medida que não há dignidade para a maioria da população presente.

O território indígena merece destaque, principalmente porque os índios são uma das poucas forças que se opõem de forma frontal à Companhia Vale. Principalmente aqueles que tiveram seus territórios cortados pela estrada de ferro, como os índios da etnia Gavião.

No concernente à estrutura produtiva, a pecuária e a extração madeireira já avançaram em direção oeste, próximo ao município de São Félix do Xingu (PA). Os frigoríficos surgem ao longo das estradas, principalmente a Rodovia BR-155, para absorver parte desse gado regional. A atividade da carvoaria também se difunde ao longo dessa área, associada a sérios problemas ambientais. Cria-se o Distrito Industrial de Marabá, que hoje abriga a importante siderúrgica Sinobrás. E,

por fim, os outros projetos minerários dispostos ao longo dos municípios de Canãa dos Carajás (PA), Curionópolis (PA), Água Azul do Norte (PA), Eldorado dos Carajás (PA) e outros.

A rede hidrográfica ganha novos conteúdos e relativizam sobremaneira os resquícios de tempos antigos. Sua funcionalidade atual está muito mais ligada à esfera do lazer e do turismo. O Rio Itacaiúnas tem se destacado pelo incipiente debate ambiental que se formou a partir dele, levantando questionamentos sobre a poluição e a degradação social das famílias que moram às margens dele. Um debate relativo à produção desigual do espaço urbano de Marabá e suas contradições.

Nesse modelo já se vê o grande monopólio que a Vale conseguiu constituir na Amazônia a partir da exploração mineral, afirmado por Leite et al. (2016). Os territórios da companhia são definidos a partir da proposta de Fernandes (2009), tanto com suas propriedades legalmente consolidadas quanto pela sua atuação.

Por último, a dinâmica da fronteira, nesse modelo, mostra novamente uma separação da frente em duas. A primeira está ligada à exploração mineral: minério de ferro, manganês, cobre, ouro, níquel e outros. Já a segunda frente se vincula às atividades agropecuárias: extração madeireira e pecuária.

CONSIDERAÇÕES

Após concluir a apresentação das dinâmicas territoriais, devidamente pontuadas a partir da periodização realizada, levando em conta a relação entre forças produtivas e relações de produção, mormente o circuito espacial da produção como um todo, algumas questões precisam ser pontuadas.

A primeira delas é a necessidade de vincular a dinâmica da fronteira a um contexto maior, quer seja, o de reprodução do capital. A fronteira só pode ser entendida a partir das determinações mais gerais da reprodução capitalista. Destarte, qualquer movimento de avanço ou recuo, crescimento e retração, abertura e fechamento, só pode ser entendido quando estes são postos à luz das determinações capitalistas, sempre levando em conta o desenvolvimento desigual, que só é possível perceber com clareza, na escala do mercado mundial capitalista.

Na escala de análise priorizada, uma escala regional, cuja base de firmamento são as relações de produção, observa-se que a fronteira segue uma

marcha ao longo do e pelo território respondendo diretamente à reprodução capitalista. Já que seu avanço se vincula diretamente à necessidade de produção do valor em escala planetária. E esses valores são aqueles que formam a base produtiva amazônica: a borracha, o caucho, a castanha, a pecuária, a madeira e os minérios. A fronteira avança se esses valores são demandados em escala global da reprodução capitalista. E, por outro lado, inversamente, ela recua se esses valores deixam de compor a base global de reprodução do capital.

Tendo isso em vista, a luta de classes é o eixo central desses avanços e desses recuos observados na fronteira. Não à toa quando a demanda ou a estruturação da fronteira ganha dominância, os conflitos sociais aumentam. Isso é importante para definir a materialidade das dinâmicas territoriais que foram observadas ao longo do texto.

Por outro lado, e no que tange mais diretamente ao objetivo deste artigo, a partir da modelização espacial queda clara a relação entre dinâmicas territoriais e amplo processo de produção e reprodução do espaço geográfico, que é modificado e reorganizado conforme os ditames das atividades produtivas. Ilustra-se de modo um pouco mais satisfatório a complexa relação entre espaço geográfico e classes sociais e aproxima a representação de dimensões além do espaço absoluto, pretendo esboçar o espaço relativo e o espaço relacional. Tal pretensão nunca será lograda perfeitamente, face à complexidade dessas dimensões. Porém, esta metodologia de representação representa um avanço para a representação e espacialização do conhecimento geográfico em geral, e das dinâmicas territoriais, em particular.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. 3 ed. São Paulo: Ateliê, 2003, 159 p.

ALMEIRA, R. S.; RIBEIRO, M. A. C. "Os sistemas de transporte na Região Norte: evolução e reorganização das redes". In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro (RJ), v. 51, n. 2, 1989, p. 33-89.

BATISTA, L. M. **Muito além dos seringais**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870. Belém: Açaí, 2014.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990, 112.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 71-86.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988, pp. 60-89.

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Grão-Pará: (séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

CARVALHO, A. C.; CARDOSO, K. S.; SOARES, A. S. S.; SOARES, D. A. S. “Consecuencias del avance de la frontera pecuaria capitalista y sus implicaciones en las disputas por la tierra de la Amazonia, Pará, Brasil”. In: **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 47, 2018, p. 1-22.

CASTRO, C. J. N.; SOARES, D. A. S.; QUARESMA, M. J. N. “Cartografia e ensino de geografia: o uso de mapas temáticos e o processo de ensino-aprendizagem na educação básica”. In: **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém (PA), v. 2, n. 3, 2015, p. 41-57.

CASTRO, C. J. N.; SOMBRA, D.; BARROS FILHO, J.; SOUSA, N. “Da importância estratégica na economia colonial aos processos de fragmentação no Nordeste Paraense: dinâmicas territoriais e reprodução do espaço rural no município de Maracanã (Pará/Brasil)”. In: **Revista GeoUERJ**, Rio de Janeiro (RJ), n. 35, 2019, p. 1-31.

CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açai, 2010, 207 p.

COUDREAU, H. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. São Paulo: EDUSP, 1980.

DIAS, C. V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no médio Tocantins. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 4, out/dez, 1959.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FERNANDES, B. M. “Sobre a tipologia de territórios”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-227.

GIRARDI, E. P. **Proposta teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

HARLEY, J. B. “Deconstructing the map”. In: **Cartographica**. v. 26, n. 2, Toronto: University of Toronto Press, 1989, p. 1-20.

- HARLEY, J. B. "A nova história da cartografia". In: UNESCO. **Correio da UNESCO**. Ano 19, n. 8., Paris: UNESCO, 1991, p. 4-9.
- HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848 – 1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2016, 517 p.
- LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S.; TRINDADE, J. R. B. "Renda mineral e grande capital na Amazônia: a exploração das minas de Carajás pela Companhia Vale". In: **Revista Leituras de Economia Política**, Campinas (SP), v. 24, p. 55-78, 2016.
- LEITE, A. S.; SOMBRA, D.; CASTRO, C.; LOBATO, M. "Atividade mineradora e transporte marítimo de longo curso: contribuições para a análise da integração internacional da Amazônia Paraense pela perspectiva da renda". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém (PA), v. 4, n. 2, 2018, p. 38-56.
- LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 176 p.
- LIMA, I. G. **Fragmentação política e territorial em Carajás**. 328 f. Dissertação (mestrado em geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- LOBATO, M. M. **Migração na fronteira**: pelos caminhos do migrante até Marabá-Pa. 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- LOBATO, M. M. **Capital, território e monopólio no El Dorado de Carajás**: uma análise da fronteira do Sudeste Paraense. 234f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.
- LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. "Fronteira na geografia: proposições para uma reflexão". In: **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém (PA), v. 2, n. 3, 2015, p. 175-193.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010, 271 p.
- MARX, K; ENGELS, F. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 966 p.
- MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, 155 p.
- PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém**. Belém: EDUFPA, 1973.
- RIBEIRO, W. de O. **Interações espaciais na rede urbana do nordeste do Pará**: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. Presidente Prudente, 2017. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2017.

- ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago!**: Hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- ROCHA, G. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C. “Dinâmicas territoriais na Zona Costeira do estado do Pará”. In: **Revista Confins**, Paris, n. 42, 2019, p. 1-12.
- SANTOS, R. A. de O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, 358 p.
- SILVA, J. M. P. **Poder, governo e território em Carajás**. 198f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2016.
- SOARES, D. A. S. **Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na zona costeira do estado do Pará: uma geografia da subsunção e das exterioridades: uma geografia das águas**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- SOARES, D. A. S.; LEITE, A. S.; LOBATO, M. M.; CASTRO, C. J. N. “Usos do território em Paragominas (PA): espaço geográfico e classes sociais”. In: **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), v. 5, n. 8, 2016, p. 1-29.
- SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C.; LOBATO, M. M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N.; LIMA, B. R. G. “Dinâmicas territoriais e uso da terra no município de Terra Alta (Pará-Brasil) – 1950-2010”. In: **Revista GeoAmazônia**, Belém (PA), v. 5, n. 10, 2017, p. 41-67.
- SOARES, D. A. S.; VILLACÍS TACO, L. H.; CASTRO, C. J. N.; OLIVEIRA, R. R. S.; MORAES, S. C. “Desenvolvimento da cartografia como linguagem geográfica: um processo de aprendizagem territorial”. In: **Revista Atlante**, Málaga, v. 7, 2018.
- SOMBRA, D.; LEITE, A. S.; QUARESMA, M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N. “Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais”. In: **Revista GeoDiálogos**, Salvador (BA), v. 1, n. 8, 2018, p. 15-56.
- THÉRY, H. “Modelização gráfica para análise regional: um método”. In: **Revista GeoUSP**, São Paulo (SP), v. 15, 2004. p.179-188.